

## TR - Termo de Referência

### Lei nº 14.133/2021

As orientações para elaboração do TR se encontram em [FORMULÁRIOS](#) no Canal do Gestor de Contrato

#### 1.OBJETO

(X\_) Prestação de serviço ou contrato de fornecimento

(\_) Aquisição de bens de consumo ou patrimoniais

1.1. Descreva o objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento **sob demanda** de 4.000(quatro mil) doses de vacinas antigripal (quadrivalente) – cepas 2026,, dose única de 0,5ml com seringa preenchida, agulha e sem gesto vacinal, para a realização de Campanha de Vacinação Antigripal em servidores ativos e inativos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

#### 2. DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO - VALOR ESTIMADO DETALHADO E QUANTITATIVO

##### 2.1. Especificação detalhada do material

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITO PELO TJDFT	VALOR TOTAL MÁXIMO A SER ACEITO PELO TJDFT
1.	<b>Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de 4.000 (quatro mil) doses de vacinas antigripal (quadrivalente) – cepas para 2026, dose única de 0,5ml com seringa preenchida, agulha e sem gesto vacinal, para a realização de Campanha de Vacinação Antigripal nos magistrados e servidores ativos e inativos do TJDFT.</b>	4.000	seringa preenchida	R\$ 58,08	R\$ 232.346,00

##### 2.1.1 Tipificação do material: Código CATMAT 453060 (Doc 1691405 )

##### 2.2. Especificação do serviço

2.2.1. Nas contratações de serviço por resultado, quando for o caso, elaborar o Instrumento de Medição de Resultado – IMR: Não se aplica

2.2.2. Modelo de Gestão do Contrato: \_\_\_\_\_

2.2.3. Detalhamento da prestação do serviço (local, condições, descrição, etc.): \_\_\_\_\_

2.2.4. Unidade a ser considerada (frasco, m², hora....) seringa preenchida (ml)

2.3.5. Quantitativos: 4.000 (quatro mil) doses

2.4.6. Outras especificações: \_\_\_\_\_

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1. Necessidade a ser suprida: Imunização dos magistrados e servidores ativos e inativos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal contra o vírus influenza - cepas 2026, contribuindo para o bem-estar desta Corte, reduzindo o número de afastamentos decorrentes dos sintomas patológicos ocasionados pelo vírus da gripe.

Ressalta-se a **Política de Gestão Intergeracional implantada pelo TJDF**, que estabelece princípios, diretrizes e instrumentos voltados à promoção do envelhecimento ativo e da capacidade de trabalho de magistrados e servidores. Considerando que a presente ação tem como finalidade **valorizar as competências acumuladas ao longo da carreira e reconhecer a idade e a experiência de trabalho como valioso capital social dos servidores e servidoras idosos**, e ainda que, na campanha anterior (2025), já houve autorização para inclusão de aposentados (PA 35879/2024), **mantém-se a mesma orientação para a presente iniciativa**, permitindo a participação desse público.

Adote-se as providências necessárias para execução da campanha, observadas as normas aplicáveis.

3.2. Da escolha pelo objeto: A gripe é uma doença provocada pelo vírus influenza, capaz de provocar infecção aguda do sistema respiratório. Com alto potencial de transmissão, pode desencadear epidemias e até pandemias, como a registrada no ano de 2009 por uma cepa do vírus H1N1. A imunização mediante a vacinação é a forma cientificamente comprovada capaz de reduzir a taxa de infecção e transmissão da doença. O quantitativo estimado de doses teve por base o levantamento das últimas campanhas de vacinação do TJDF e atende ao pleito para o exercício de 2026.

3.3. Do parcelamento, ou não, do objeto.

#### 3.3.1. ☒ Adjudicação será por item

3.3.2. ( ) Adjudicação por preço global (agrupamento de itens), quando da inviabilidade do parcelamento do objeto. Justificativa: O parcelamento do objeto não é vantajoso para a Administração, pois possibilitará a participação de mais de uma empresa no fornecimento das vacinas, que poderá ser inclusive de marcas diferentes, o que compromete a campanha por representar prejuízo ao conjunto e complexidade do objeto a ser contratado.

3.3.2.1. ( ) Indique cada grupo e seus respectivos itens: \_\_\_\_\_

### 4. CARACTERÍSTICA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de uma necessidade permanente e prolongada? (Serviço ou Fornecimento continuado)

4.1.1. (X) Não.

4.1.1.1. ( ) Qual o tipo de objeto?

a. ( ) Bens comuns

b. ( ) Serviços comuns de engenharia

c. ( ) Serviços não contínuos ou contratados por escopo

d. (X) Fornecimento

4.1.2. ( ) Sim. Justificar: \_\_\_\_\_.

4.1.2.1. Qual o tipo de objeto?

a. ( ) Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

b. ( ) Serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra

c. ( ) Fornecimento contínuo

4.2. Qual o modo de disputa a ser adotado?

4.2.1. (X) aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

4.2.2. ( ) aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

## 5. ORÇAMENTO ESTIMADO

5.1. Valor total estimado: R\$ 232.346,00 (duzentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais. Planilha SEI 4871592

5.1.1. Memórias de cálculo e os documentos que justificam as quantidades: Despacho ATSESA (4824948), contrato 2025(4296873) contrato 2024 (3585088), contrato 2023 (2826598), contrato 2022 ( 2162663), contrato 2021 (1336496).

## 6. TRATAMENTO DIFERENCIADO – MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EXCLUSIVIDADE E/OU COTA DE ATÉ 25%)

6.1. Na presente aquisição/contratação há possibilidade de ser aplicado o tratamento diferenciado às ME's e EPP'S?

6.1.1. Não. Justificativa: Trata-se de aquisição de material para a campanha de imunização antigripal, a ser realizada nas dependências da Sede e Fóruns do TJDF. Esclarecemos que o processo de vacinação envolve toda uma logística de programação e transporte em pequenas quantidades armazenadas em recipientes refrigerados e controlados, e, para isto, faz-se necessário o contato permanente entre a equipe de enfermagem e a empresa fornecedora durante todo o processo de aplicação das vacinas. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração, pois possibilitará a participação de mais de uma empresa no fornecimento das vacinas, que poderá ser inclusive de marcas diferentes, o que compromete a campanha por representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

6.1.2. Sim. Considerações ao tratamento diferenciado às ME's e EPP's:

6.1.2.1. Há **item** ou **lote** com valor estimado de até R\$ 80.000,00?

a) ☒ Não.

b) ☐ Sim.

b1. Este item ou lote será exclusivo às ME/EPP?

I - ☐ Sim.

II - Não. Justificativa (art. 49, Lei Complementar nº 123/06):

II.A. ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado no Doc. SEI \_\_\_\_\_.

II. B. ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme demonstrado no Doc. SEI \_\_\_\_\_.

6.1.2.2. Há item concernente à aquisição de bens, independentemente do valor?

a) ☒ Não. Prossiga para o item 7 - Critério de julgamento das propostas

b) ☐ Sim.

b1. Este item é divisível?

I - ☒ Não. Prossiga para o item 7 - Critério de julgamento das propostas

II - ☐ Sim. Considerações:

II.A. Sendo assim, é possível definir para o certame a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (art. 48, III, LC 123/06)?

a. ☐ Sim.

b. Não. Justificativa (art. 49, Lei Complementar nº 123/06):

b.1. ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado no Doc. SEI \_\_\_\_\_.

b.2. ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme demonstrado no Doc. SEI \_\_\_\_\_.

## 7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Critério de Julgamento das Propostas	Modalidade aplicável
Menor preço	Pregão e Concorrência
Maior desconto	Pregão e Concorrência
Melhor técnica ou conteúdo artístico	Concurso e Concorrência
Técnica e preço	Diálogo competitivo e Concorrência
Maior retorno econômico	Diálogo competitivo e Concorrência

7.1. (X) Menor preço

7.2. ( ) Maior desconto

7.3. ( ) Melhor técnica ou conteúdo artístico

7.4. ( ) Técnica e preço

7.5. ( ) Maior retorno econômico

## 8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 67 E 69, LEI Nº 14.133/2021)

8.1. Há requisitos previstos em lei especial?

( ) Não.

(X) Sim. Informar, detalhadamente, a previsão legal vigente (lei, artigo, inciso, parágrafo).

**Licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária** Local na qual a empresa atua, conforme art. 1º e 2º da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.

**Trata de produto hospitalar, invasivo e que necessita de acondicionamento especial (rede de frios), cuja temperatura deve ser mantida rigorosamente entre 2 e 8 Graus Célcus. Seu manuseio, armazenamento e transporte devem ser realizados por empresa especializada e com licença de funcionamento.**

### 8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

8.2.1.A complexidade da contratação exige a demonstração da capacidade técnica por meio de atestados ou declarações que comprovem ter a licitante fornecido o material/prestado o serviço?

8.2.1.1. (X) Sim. Informações indispensáveis:

a) A empresa deverá apresentar um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, emitidos por entidades da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada, lavrado(s) e assinado(s) por servidor/funcionário competente do respectivo órgão ou empresa, que comprovem ter a licitante fornecido vacinas, no quantitativo mínimo de **1.750 doses**.

b) Para comprovação da quantidade mínima, será admitido o somatório de atestados?

b.1) ( X) Sim (é a regra). Prossiga para o subitem 8.3 - qualificação técnico-profissional.

b.2) ( ) Não (exceção). Justificar:\_\_\_\_\_.

8.2.1.2. ( ) Não, porque o objeto a ser licitado possui valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral.

8.2.1.3. ( ) Não, pois o objeto a ser licitado se enquadra como uma contratação para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento.

8.2.1.4. ( ) Não. Outros. Justificar:\_\_\_\_\_.

8.2.1.5. ( ) No âmbito de serviços contínuos, se for o caso, informar o prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, em períodos sucessivos, ou não, da execução de serviços similares ao objeto da licitação.

I - \_\_\_\_ meses

II - \_\_\_\_anos

### 8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL, ao tempo da contratação

8.3.1.A complexidade da contratação exige a apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente?

8.3.1.1. (X) Não. Prossiga para o subitem 8.4.

8.3.1.2. ( ) Sim. Informações indispensáveis:

a) Informar qual(is) conselho(s) será(ão) esse(s): \_\_\_\_\_

b) Informar qual(is) profissional(is) será(ão) esse(s): \_\_\_\_\_

c) Informar o respaldo legal vigente para essa exigência: \_\_\_\_\_

d) Mediante justificativa técnica objetiva, informar, quando for o caso, quais as características mínimas semelhantes à execução do serviço a serem exigidas desses profissionais, para fins de contratação.

8.4. Necessidade de registro ou inscrição da licitante em entidade profissional competente, que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação

8.4.1.( X) Não.

8.4.2.( ) Sim. Justificar:\_\_\_\_\_.

### 8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.5.1.Certidão negativa de falência ou, de insolvência civil, no caso de pessoa física, expedida pelo distribuidor da sede do proponente, em plena validade.

8.5.2.

8.5.3.

8.5.3.1.

8.5.3.2.

### 9. VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA

9.1. (X ) Não há necessidade. Prossiga para o item 10 - Descrição do Material/Serviço.

### 10. REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. ( X ) Não se aplica. Trata-se de aquisição . (Siga para o item 11);

10.2. ( ) Em sendo serviço, verifique qual regime de execução é o mais adequado ao objeto a ser licitado, podendo, inclusive, conter os dois regimes de execução:

10.2.1. ( ) empreitada por preço unitário. Justifique: \_\_\_\_\_

10.2.1.1 Indique quais itens, descritos nos campos 2.1 e/ou 2.2, serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário:\_\_\_\_\_

10.2.2. ( ) empreitada por preço global. Justifique:

10.2.2.1 Indique quais itens, descritos nos campos 2.1 e/ou 2.2, serão executados sob o regime de empreitada por preço global:\_\_\_\_\_

### 11. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

11.1. ( ) Não se aplica. Justificar:\_\_\_\_\_.

11.2. (X ) Apresentado em documento anexo (doc. SEI 4871592).

### 12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Da substituição do contrato por nota de empenho de despesa

12.1. ( ) Com base no Artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, a contratação, em decorrência de *consistir na compra de bens com entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica admite a substituição do instrumento de contrato por nota de empenho de despesa*.

Da utilização do instrumento de contrato

**- Do prazo inicial de vigência contratual**

12.2. Considerando a imprescindibilidade de haver o instrumento de contrato, o seu prazo de vigência será de:

12.2.1. (X ) 12 (doze) meses. Prosseguir para o item "**Da prorrogação do prazo de vigência contratual**".

Observação: a Administração considerará esse prazo, para toda e qualquer contratação de até 12 meses.

12.2.2. ( ) mais de 12 meses até 05 anos (somente para serviços e fornecimentos contínuos). Prosseguir para o item "**Da prorrogação do prazo de vigência contratual**".

12.2.2.1. Indicar o prazo:

I - \_\_\_\_\_ anos

II - \_\_\_\_\_ meses

12.2.3. ( ) No caso de objeto por escopo, a vigência será compatível com a lógica de execução contratual e por isso, terá a duração de:

12.2.3.1. \_\_\_\_\_ meses;

12.2.3.2. \_\_\_\_\_ anos.

Prosseguir para o item **13 - REAJUSTE**

**- Da prorrogação do prazo de vigência contratual**

12.3. (X ) Não prorrogável

12.4. ( ) Prorrogável por mais \_\_\_\_\_ anos ou \_\_\_\_\_ meses (somente para serviços e fornecimentos contínuos)

**Observação:** os contratos de serviços ou fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente até que atinjam o tempo máximo de 10 anos de vigência, somados aqui o prazo inicial e as sucessivas prorrogações. Para tanto, os prazos deverão constar em edital e, a cada prorrogação, ser atestado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

**- Da Justificativa**

12.5. A unidade técnica deve justificar de modo claro e objetivo a vantagem econômica na realização da contratação plurianual, nos moldes apresentados, a qual será submetida à autoridade competente para ateste.

**Justificativa:** \_\_\_\_\_

**13. REAJUSTE**

13.1. Em regra, o TJDFT adota o teor a seguir disponibilizado. Após sua análise, a unidade técnica requisitante deve avaliar se esse conteúdo atende, ou torna-se necessário previsão específica, em decorrência do objeto a ser contratado.

**CONTEÚDO PADRÃO**

O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis nº 8.383/91, 9.069/95 e 10.192/01, utilizando-se como índice o **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A periodicidade para o cálculo do reajuste é anual e terá como data-base o orçamento estimado, cuja data é 29 / 12 / 2025 (conforme mapa condensado, doc. 4871592).

O reajuste será concedido de ofício pelo **CONTRATANTE**, admitindo-se renúncia expressa por parte da **CONTRATADA**.

O **CONTRATANTE** providenciará a prévia oitiva da **CONTRATADA** quanto ao interesse, ou não, no reajustamento.

Poderão ser aplicados índices negativos no período em que houver deflação.

13.2. (X) o conteúdo padrão adotado pelo TJDFT **atende** às expectativas.

13.3. ( ) o conteúdo padrão adotado pelo TJDFT **não atende** às expectativas.

13.3.1. Conteúdo proposto a respeito de reajuste: \_\_\_\_\_

#### 14. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL/EXECUÇÃO DO SERVIÇO

##### 14.1. AQUISIÇÃO

14.1.1. Endereço completo do local de entrega do material: **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Praça Municipal, Lote 01, Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa, Bloco "A", 2 andar, sala do Núcleo de Enfermagem - NUENF**

14.1.2. Prazo objetivo de entrega do material:

14.1.2.1. \_\_\_\_ horas, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.1.2.2. \_03(três) dias, contado da solicitação formal do TJDFT;

I - (X) úteis;

II - ( ) corridos

14.1.2.3. \_\_\_\_\_ meses, contado da solicitação formal do TJDFT;

14.1.3. Condições de entrega:

(X) de segunda a sexta-feira

( ) todos os dias

(X) exceto feriado

( ) inclusive feriado

( ) inclusive finais de semana

( ) no horário das 08:00 horas às 11:00 horas.

( ) Outros: \_\_\_\_\_

14.1.4. Há previsão de instalação do material pela contratada?

(X) Não.

##### 14.2. SERVIÇOS

14.2.1. Endereço completo do local de realização do serviço: (X) Não se aplica

#### 15. MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO)

15.1. (X) Não se aplica.

15.2. ( ) Apresentado em documento anexo (doc. SEI \_\_\_\_).

**O recebimento provisório dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis após a entrega do objeto, e será providenciado por servidor que atue como gestor do contrato, mediante ateste do termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da adequação do objeto aos termos do edital, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;**

#### 16. RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

16.1. Unidade Técnica responsável por acompanhar e fiscalizar o recebimento do objeto: NUENF - Núcleo de Enfermagem e será executado em 02 (duas) etapas:

16.1.1. Prazo para o recebimento provisório: 02 (dois) dias, contado da entrega do objeto.

I - (X) úteis;

II - ( ) corridos

16.1.2. Prazo para o recebimento definitivo: 7 (sete) dias, contado do recebimento provisório.

I - ☒ úteis;

II - ☐ corridos

#### 16.2. Etapas do recebimento:

16.2.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, mediante detalhamento no/em:

I - ☐ Termo de Recebimento Provisório (termo detalhado); Pela unidade técnica do NUENF - Núcleo de Enfermagem, conforme doc. SEI 4871608

II - ☐ Relatório ou outro documento. Especificar: \_\_\_\_\_

III - ☒ De forma sumária, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais (apenas se Compras/Aquisições - Lei 14.133/2021, art. 140, II, 'a').

Há modelo específico para o recebimento provisório? Sim, doc. SEI 4871608

\***IMPORTANTE:** a previsão de modelo específico de recebimento em contrato vincula a fiscalização ao seu efetivo uso

16.2.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, comprovando o atendimento das exigências contratuais no:

I - ☒ Termo de Recebimento Definitivo (termo detalhado). Pelo gestor da unidade NUCOMP, modelo doc. SEI 4871612

II - ☐ Relatório de Atestação de Despesa (com o detalhamento do atendimento das exigências contratuais).

Há modelo específico para o recebimento definitivo? SIM doc. SEI 4871612

\* **IMPORTANTE:** a previsão de modelo específico de recebimento em contrato vincula a gestão ao seu efetivo uso

#### 16.3. Recusa do objeto

16.3.1. ☐ Não se aplica.

16.3.2. ☒ Acontecerá nos seguintes casos:

16.3.2.1. Forem entregues com as especificações técnicas em desacordo com as contidas na proposta;

16.3.2.2. Apresentarem mais de 01 (um) problema(s) até o recebimento definitivo.

16.3.2.3. outros: \_\_\_\_\_

16.3.2.4. Prazo de reposição do objeto/reparação do serviço recusado:

16.3.2.5. 24 horas, a partir da comunicação formal do TJDFT;

16.3.2.6. \_\_\_\_ dias, a partir da comunicação formal do TJDFT;

I - ☐ úteis;

II - ☐ corridos

16.3.2.7. \_\_\_\_ meses, a partir da comunicação formal do TJDFT;

A participante vencedora deverá providenciar a reposição do objeto recusado, às suas custas, a partir da comunicação formal do TJDFT. Ultrapassando o prazo sem que o problema seja sanado, e sem que haja justificativa aceitável, ficará caracterizado o descumprimento da obrigação, estando a empresa sujeita às sanções cabíveis.

#### 16.4. Contato do servidor para quaisquer dúvidas e esclarecimentos técnicos:

16.4.1. Nome e matrícula: Juliana Signorelli de Andrade - mat 319370/ Paulo Fernandes Rocha - matrícula 307991

16.4.2. Telefone: 61 3003-6796/7080



16.4.3. E-mail: juliana.signorelli@tjdft.jus.br/ paulo.rocha@tjdft.jus.br/ nucomp@tjdft.jus.br

16.4.4. Horário de atendimento: 11:00 às 18:00h

16.4.5. Outros: \_\_\_\_\_

## 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. São obrigações da contratada (rol exemplificativo)

17.1.1. Providenciar para que o item(ns) adjudicado(s) à vencedora seja(m) entregue(s) em perfeito estado, no local indicado pelo TJDF, sem quaisquer danos, avarias, ou ônus adicionais para o TJDF.

17.1.2. Assegurar a conservação das vacinas, cuja temperatura deverá estar compreendida entre +2 e +8 Graus Célcius, que será aferida no ato do recebimento por servidor designado pelo **TJDF**, para que o ateste seja efetuado.

17.1.3. Entregar as vacinas em duas etapas, a partir da solicitação formal do TJDF, sendo que a primeira etapa compreenderá a entrega de 3.500 (três mil e quinhentas) doses, acondicionadas em 20 (vinte) caixas, a serem entregues na Sede do TJDF. Asegunda etapa compreenderá a entrega de até 500 (quinhentas) doses, conforme demanda, observados os prazos definidos para execução da campanha de vacinação.

17.1.3.1. A contratada deverá adequar sua própria logística de entrega às datas, horários e locais que serão comunicados formalmente pelo TJDF, com antecedência mínima de 3(três) dias úteis, garantido o pleno atendimento às condições técnicas previstas neste Termo de Referência.

17.1.4. A empresa deverá garantir que as vacinas estejam no Distrito Federal antes do início da Campanha, ficando sobre a responsabilidade da empresa contratada o armazenamento e manutenção das condições de estabilidade dos imunobiológicos até a entrega efetiva ao TJDF.

17.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao **TJDF** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não podendo transferir, de forma alguma, essa responsabilidade, à fiscalização ou o acompanhamento pelo **TJDF**;

17.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do **TJDF** ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços decorrentes do objeto desta licitação, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

17.1.7. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes à entrega e à execução do objeto contratado, ou com eles relacionados, mesmo que para tanto outra solução não prevista neste documento tenha de ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o **TJDF**, desde que de responsabilidade da empresa a ser contratada.

17.1.8. Responsabilizar-se pela garantia do produto licitado, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

17.1.9. Manter durante a vigência deste contrato não só as condições de habilitação, como também o cadastro, com endereços eletrônicos e físicos atualizados perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - **TJDF**, sob pena de serem consideradas válidas as notificações efetivadas nos endereços constantes do contrato, mesmo no caso do particular ter mudado de endereço.

## 18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. São obrigações do contratante (rol exemplificativo)

18.1.1. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

18.1.2. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

18.1.3. Receber o objeto em dias úteis, no horário e local designado neste Aviso de Contratação Direta.

18.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **VENCEDORA**, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado.

18.1.5. Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

18.1.6. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar rigorosamente o cumprimento do contrato.

Obs.: a) A fim de melhor composição do conteúdo do ato convocatório a ser publicado, requer que as obrigações sigam o padrão de se iniciar com o verbo no infinitivo.

b) Da mesma forma, no intento de maior clareza e objetividade do ato convocatório, não se faz necessário acrescentar o termo inicial (ou congênere) "É obrigação do contratante", uma vez que o tópico já se refere à obrigação.

## 19. PRAZO DE GARANTIA

19.1. ( ) \_\_\_\_ meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do TJDF.

19.2. ( ) \_\_\_\_ anos, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do TJDF.

19.3. ( ) A garantia será a do fabricante.

19.4. ( ) A garantia será "on site".

19.4.1. Condições de garantia: \_\_\_\_\_

19.5. ( ) Outro: \_\_\_\_\_.

19.6. (X) Não se aplica. Trata de material de consumo imediato, o produto deverá estar em conformidade com as especificações durante o ato de entrega.

## 20. PRAZO DE VALIDADE DO MATERIAL

20.1. (X) 06 (seis) meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do TJDF.

**Trata de material de consumo de uso imediato, as vacinas deverão ter validade mínima de até 06 (seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo por parte do TJDF.**

20.2. ( ) \_\_\_\_ anos, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do TJDF.

20.3. ( ) Outro: \_\_\_\_\_.

20.4. ( ) Não se aplica.

## 21. SUSTENTABILIDADE

21.1. ( ) Econômica, se for o caso:

21.2. ( X) Ambiental, se for o caso: As embalagens deverão conter instruções claras sobre uso correto e descarte adequado, assegurando a mitigação de impactos ambientais na fase final do ciclo dos materiais.

21.3. (X) Social, se for o caso: Adoção de boas práticas na execução de serviços e treinamento de servidores que atuarão na campanha de vacinação.

21.4. (X) Outros: Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

21.5. ( ) Não se aplica. Justificativa:

## 22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. As sanções previstas na Portaria GPR 75 de 14 de janeiro de 2022, por si só, são suficientes para a fiscalização e controle do objeto a ser contratado?

22.1.1. (X) Sim.

22.1.2. ( ) Não. Em razão da complexidade e das características do objeto a ser contratado e verificando a necessidade de detalhamento de condutas específicas e respectivos percentuais de multa compensatória para eventuais infrações de inexecução parcial ou total por parte do particular, cabe à unidade técnica demandante estabelecer as considerações do quadro a seguir:

<b>CONDUTAS ESPECÍFICAS</b>
-----------------------------

O descumprimento **parcial** injustificado das condições estabelecidas na proposta comercial no presente instrumento resultará em aplicação de multa compensatória no percentual de até 20% do valor da parcela não cumprida, nas hipóteses descritas abaixo: (TEOR EXEMPLIFICATIVO)

01	Indisponibilidade parcial do serviço, até 05 dias.	5%
02	Indisponibilidade parcial do serviço, mais de 05 dias até 10 dias.	10%
03	Reincidência na indisponibilidade parcial do serviço em menos de 30 dias da última ocorrência	6%
04	Indisponibilidade total do serviço, até 05 dias.	15%
05	.....	.....

Configuração inexecução **total** ensejará em **rescisão do contrato**, bem como a aplicação de multa compensatória de 30% do valor do contrato, as hipóteses descritas abaixo: (TEOR EXEMPLIFICATIVO)

06	Indisponibilidade total ou parcial do serviço por mais de 10 dias	30%
07	Não atualização do serviço por mais de 30	28%
08	.....	.....

Observação: As multas compensatórias podem ser aplicadas individual ou cumulativamente

22.1.3. Especificação objetiva das condutas e dos percentuais de multa compensatória para eventuais infrações de inexecução parcial ou total por parte do particular, conforme determinam os §§ 2º e 3º do artigo 23 da [Portaria GPR 75/2022](#), que estabelece os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021, pois da forma como previsto (até 20% na inexecução parcial e até 30% na inexecução total), gera um elevado grau de subjetivismo, prejudicando a regular instrução de eventual procedimento deflagrado para a aplicação de penalidade, **não sendo suficiente a mera reprodução integral dos dispositivos constantes do normativo interno.**

a. Considerando a complexidade e características do objeto a ser contratado, a inexecução parcial do objeto do contrato implica a **aplicação de multa no percentual de 15 %** sobre o valor da parcela não cumprida, nos termos definidos no Aviso de Contratação Direta, com os parâmetros estabelecidos no § 1º do art. 3º desta Portaria.

Obs.: O percentual a ser considerado deve respeitar o limite máximo de 20%.

b. Considerando a complexidade e características do objeto a ser contratado, a inexecução total do objeto do contrato implica a **aplicação de multa no percentual de 20%**, a ser calculada sobre o valor total do contrato, nos termos definidos no Aviso de Contratação Direta, com os parâmetros estabelecidos no § 1º do art. 3º desta Portaria.

Obs.: O percentual a ser considerado deve respeitar o limite máximo de 30%.

## 23. CONSÓRCIO

23.1. ( ) Será possível a participação de consórcios de empresa. Justificativa: \_\_\_\_\_

23.2. (X) Não será possível a participação de consórcios de empresa. Justificativa: **Trata-se de material de consumo hospitalar fabricado e comercializado por laboratórios específicos. Não possui grande complexidade na aquisição, não havendo necessidade de formação de consórcio entre empresas para a participação.**

## 24. GARANTIA CONTRATUAL

24.1. ( X ) Não se aplica.

24.2. ( ) Aplica. Ponderações:

24.2.1. ( ) Será exigido o seguro-garantia no percentual de \_\_\_\_\_% sobre o valor inicial do contrato.

24.2.2. Justificativa a demonstrar a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive em face das possíveis alternativas (e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade): \_\_\_\_\_.

## 25. PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

25.1. ( ) É viável a participação de pessoa física.

25.2. ( X ) Não é viável a participação de pessoa física. Justificativa: A exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais para a execução do objeto, dado as características peculiares de armazenamento, conservação e logística, são incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física e afasta a sua participação (art. 4º, § único, da IN 116/2021).

## 26. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços?

26.1.1. (X) Não.

26.1.2. ( ) Sim. Adesão à Ata de Registro de Preços Nº \_\_\_\_\_ do órgão \_\_\_\_\_

26.1.3. ( ) Sim. Participação do TJDFDT na IRP Nº \_\_\_\_\_ do órgãos \_\_\_\_\_

26.1.4. ( ) Sim. Formação de nova Ata de Registro de Preços do TJDFDT.

26.1.5. Motivação da utilização do SRP:

26.1.5.1. ( ) Dadas as características do bem ou serviço, há a necessidade de contratações frequentes;

Motivação técnica a justificar a opção: \_\_\_\_\_.

26.1.5.2. ( ) Por ser mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários ao TJDFDT para o desempenho de suas atribuições;

Motivação técnica a justificar a opção: \_\_\_\_\_.

26.1.5.3. ( ) Por ser mais conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para o atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

Motivação técnica a justificar a opção: \_\_\_\_\_.

26.1.5.4. ( ) Devido à natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo TJDFDT.

Motivação técnica a justificar a opção: \_\_\_\_\_.

26.2. O objeto a ser licitado se refere a serviço comum de engenharia?

26.2.1. (X) Não.

26.2.2. ( ) Sim. Nesse caso, atende aos seguintes requisitos cumulativos? ( Na falta de algum deles, não será possível adotar o SRP)

26.2.2.1. ( ) Há projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

26.2.2.2. ( ) Há a necessidade permanente ou frequente do serviço a ser contratado.

26.3. Será dispensada a divulgação da Intenção de Registro de Preço – IRP?

26.3.1. ( ) Não. Justificativa técnica: \_\_\_\_\_.

26.3.2. ( ) Sim. Justificativa técnica: \_\_\_\_\_.

26.3.3. (X) Não se aplica.

26.4. Haverá previsão para adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo TJDFDT?

26.4.1. ( ) Não. Justificativa técnica: \_\_\_\_\_.

26.4.2. ( ) Sim. Justificativa técnica: \_\_\_\_\_.

26.4.3. (X) Não se aplica.

## 27. AMOSTRA

27.1. Haverá a necessidade de efetivar o procedimento de amostra?

27.1.1. (X ) Não. Prossiga para o **item 28 - Subcontratação**.

## 28. SUBCONTRATAÇÃO

28.1. Ao vencedor do certame será permitido ceder partes do serviço ou do fornecimento contratado para um terceiro?

28.1.1. (X) Não. Justifique: Trata de aquisição de material invasivo de consumo médico-hospitalar, produzido por laboratórios específicos, com entrega imediata e em sua totalidade. O parcelamento dificultaria a imediata logística de entrega, que deverá ocorrer no horário pré-programado para o início da campanha, bem como a possibilidade de entrega de marcas divergentes, não cabendo portanto a subcontratação.

28.1.2. ( ) Sim. Considerações

28.1.2.1. Justificativa técnica a definir, de modo claro e objetivo, a) as particularidades do objeto, bem como a realidade de comercialização da solução no mercado; b) os limites autorizados para a subcontratação; c) os requisitos de habilitação que deverão ser comprovados pela subcontratada, que se mostrem indispensáveis para demonstrar a capacidade e idoneidade para realizar a parcela a ser subcontratada:\_\_\_\_\_.

## 29. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

29.1. Nos termos do item 31 do Parecer CJA 440 (2143310), com relação à aplicação das disposições da Lei n. 13.709/2018 (LGPD), ressalta-se a necessidade de a unidade gestora realizar uma análise pontual em relação ao conteúdo a seguir disponibilizado, verificando se há a necessidade de sua modificação ou não, evitando-se a aplicação de modo indiscriminado da Cláusula Padrão. Em caso positivo, torna-se imprescindível detalhar, de modo objetivo e claro, o conteúdo a ser estabelecido em edital, para atender às exigências estabelecidas na Lei n. 13.709/2018, as quais serão submetidas posteriormente à avaliação jurídica.

29.1.1. Cláusula padrão para os contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e contrato de operacionalização do Programa de Estágio do TJDF (2198169).

29.1.2. Cláusula padrão simplificada para as demais contratações (2198169).

29.2. Há necessidade de modificação das cláusulas padrão acima?

29.2.1. (X ) Não. A cláusula padrão atende ao objeto da contratação.

29.2.2. ( ) Sim. Detalhamento:\_\_\_\_\_

## 30. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

*(Espaço destinado às complementações técnicas não abrangidas pelos itens acima, que a unidade técnica requisitante considerar pertinentes)*

O pedido será feito em 2 (duas) etapas (conforme item 17.1.3), e ocorrerá em conformidade com o cronograma da Campanha Federal, prevista para ocorrer entre a segunda quinzena de março e primeira quinzena de abril 2026;

As vacinas deverão obedecer a Instrução Normativa n. 408 de 24 de novembro de 2025, que dispõe sobre a composição das vacinas influenza a serem utilizadas no Brasil a partir de 01 de fevereiro de 2026 e deverão conter obrigatoriamente, três tipos de cepas combinadas e estar dentro das especificações abaixo descritas (4819291):

I.1. em se tratando de vacinas trivalentes, três tipos de cepas de vírus em combinação, sendo:

a) um vírus similar ao vírus influenza A/Missouri/11/2025 (H1N1)pdm09;

b) um vírus similar ao vírus influenza A/Singapore/GP20238/2024 (H3N2); e

c) um vírus similar ao vírus influenza B/Austria/1359417/2021 (B/linhagem Victoria).

I.2. em se tratando de vacinas quadrivalentes contendo dois tipos de cepas do vírus influenza B, o vírus adicional à composição descrita no item I.1 deve ser similar ao B/Phuket/3073/2013 (B/linhagem Yamagata).

I.3. Para vacinas não baseadas em ovos, ou seja, obtidas de cultura celular, proteínas recombinantes ou baseadas em ácidos nucleicos, a cepa do vírus A (H1N1)pdm09 deve ser um vírus similar ao A/Missouri/11/2025, a cepa A (H3N2) deve ser um vírus similar ao vírus A/Sydney/1359/2024, e a cepa B/linhagem Victoria deve ser um vírus similar ao vírus B/Austria/1359417/2021.

II. As vacinas influenza deverão conter em sua rotulagem a frase "CEPAS 2026 HEMISFÉRIO SUL".

As vacinas deverão ser apresentadas em monodose de 0,5 ml, acondicionada em seringa preenchida, lacrada individualmente, com agulha, contendo identificação do produto (marca, fabricante, lote, data de fabricação, validade e número do registro da Anvisa/MS).

### 31. INDICAÇÃO DE MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

31.1. Equipe de Apoio (art. 8º, §§ 1º e 4º, Lei 14.133/2021): \_\_\_\_\_

<b>Titular</b>	Nome: Juliana Signorelli de Andrade	Matrícula: 319370
<b>Substituto</b>	Nome: Paulo Fernandes da Rocha	Matrícula: 307991

Observação: A Equipe de Gestão Contratual deverá ser dimensionada de acordo com o modelo de gestão contratual correspondente, cuja indicação dos servidores e respectivas funções será realizada por meio do **Formulário de Indicação de Gestores e Fiscais de Contrato (4871604)**, disponível no SEI, antes do início da execução do contrato.

### 32. DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. A assinatura deste documento por Integrantes da Equipe de Planejamento, Equipe de apoio, Gestor(a) da unidade responsável, Subsecretário(a) ou Coordenador(a) e pelo(a) Secretário(a):

32.1.1. Atesta a ciência expressa de sua indicação e das suas respectivas atribuições como integrantes de Equipe de Planejamento.

32.1.2. Certifica a pesquisa de preços realizada.

32.1.3. Atesta ciência dos servidores quanto à indicação para compor a Equipe de Apoio.

NUCOMP, assinado eletronicamente na data abaixo consignada.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Fernandes da Rocha**, **Técnico Judiciário**, em 26/02/2026, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Signorelli de Andrade**, **Técnico Judiciário**, em 26/02/2026, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Dias Pereira Corrêa**, **Supervisor(a)**, em 26/02/2026, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tomaz de Aquino Vasco da Silva**, **Secretário(a)**, em 02/03/2026, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4988101** e o código CRC **998A90F2**.